

Automedicação no Brasil: Prevalência, riscos e implicações para a saúde pública — uma revisão integrativa

Self-medication in Brazil: Prevalence, risks and implications for public health — an integrative review

Automedicación en Brasil: Prevalencia, riesgos e implicaciones para la salud pública — una revisión integrativa

Recebido: 05/04/2026 | Aceito: 11/04/2026 | Publicado: 12/04/2026

José Francisco Yhago Dantas Soares¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3550-3830>

Centro Universitário Anhanguera, Brasil

E-mail: yhagodantas77@gmail.com

Resumo

A automedicação, que se refere ao uso de medicamentos sem a supervisão ou recomendação de um profissional de saúde qualificado, é uma prática profundamente enraizada na cultura brasileira. Este estudo tem como objetivo examinar a prevalência da automedicação em nível nacional, identificando os fatores determinantes principais e os riscos para a saúde pública. Para isso, foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados SciELO, PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), abrangendo artigos publicados entre 2015 e 2025. Os resultados indicam uma prevalência significativa que varia conforme a região e o grupo populacional, destacando especialmente o uso indiscriminado de analgésicos e anti-inflamatórios. Os riscos mais comuns incluem intoxicações, interações adversas entre medicamentos e agravamento da resistência bacteriana. Conclui-se que a automedicação no Brasil é um fenômeno complexo que exige o fortalecimento das políticas voltadas ao uso racional de medicamentos e à valorização da assistência farmacêutica como forma de reduzir danos.

Palavras-chave: Automedicação; Saúde Pública; Uso Racional de Medicamentos; Assistência Farmacêutica.

Abstract

Self-medication is defined as the use of medications without prescription or guidance from qualified health professionals and is deeply rooted in Brazilian culture. This study aimed to analyze the prevalence of self-medication within the national context by identifying key determining factors and associated public health risks. An integrative literature review was conducted using the SciELO, PubMed, and Virtual Health Library (VHL) databases for publications between 2015 and 2025. The findings reveal significant prevalence rates that vary by region and population group, particularly highlighting the indiscriminate use of analgesics and anti-inflammatory. Identified main risks include poisoning, adverse drug interactions, and worsening bacterial resistance. It is concluded that self-medication in Brazil represents a multifactorial phenomenon requiring strengthened policies for rational drug use and enhanced pharmaceutical care as harm mitigation strategies.

Keywords: Self-medication; Public Health; Rational Drug Use; Pharmaceutical Care.

Resumen

La automedicación se define como el uso de medicamentos sin receta ni orientación de un profesional sanitario calificado y es una práctica culturalmente arraigada en Brasil. Este estudio tuvo como objetivo analizar la prevalencia de la automedicación en el ámbito nacional identificando los principales factores determinantes y los riesgos asociados con la salud pública. Para ello se realizó una revisión integrativa de la literatura en las bases de datos SciELO, PubMed y Biblioteca Virtual en Salud (BVS), abarcando publicaciones desde 2015 hasta 2025. Los resultados muestran una prevalencia significativa que varía según la región y el grupo poblacional con énfasis en el uso indiscriminado de analgésicos y antiinflamatorios. Los principales riesgos identificados incluyen intoxicaciones interacciones adversas entre medicamentos y el agravamiento de la resistencia bacteriana. Se concluye que la automedicación en Brasil es un fenómeno multifactorial que demanda fortalecer las políticas sobre el uso racional de medicamentos y valorar la asistencia farmacéutica como estrategia para mitigar daños.

Palabras clave: Automedicación; Salud Pública; Uso Racional de Medicamentos; Asistencia Farmacéutica.

¹ Centro Universitário Anhanguera, Polo Currais Novos, Rio Grande do Norte, Brasil.

1. Introdução

No contexto brasileiro, o acesso facilitado aos medicamentos aliado à busca por alívio imediato dos sintomas cotidianos solidificou a prática da automedicação como uma prática amplamente difundida na sociedade. Apesar dessa prática ser frequentemente confundida com autocuidado responsável, utilizar remédios sem orientação adequada ultrapassa os limites da segurança terapêutica e representa um desafio significativo para a saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já apontava em 1985 que o uso irracional dos fármacos é um problema global que afeta não apenas a eficácia dos tratamentos mas também compromete os sistemas públicos de saúde. Pesquisas epidemiológicas demonstram que esta prática apresenta alta prevalência no Brasil devido à influência complexa dos fatores socioeconômicos e culturais envolventes.

Fatores como dificuldades no acesso rápido aos serviços médicos e o impacto das propagandas farmacêuticas são considerados elementos fundamentais na promoção dessa conduta entre os brasileiros (Rezende & Pinto, 2025). Além disso, há uma preocupação crescente com o fato da automedicação poder ocultar sinais importantes relacionados a doenças graves o que pode atrasar diagnósticos essenciais (Souza, 2006). Nesse sentido, este artigo propõe realizar uma revisão integrativa atualizada sobre este tema relevante visando discutir suas implicações sociais além da importância do desenvolvimento de estratégias educativas focadas no uso responsável dos medicamentos.

Este estudo objetivou analisar a prevalência da automedicação no cenário nacional, identificando os principais fatores determinantes e os riscos associados à saúde pública.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (Snyder, 2019; Crossetti, 2012), caracterizada como um estudo de abordagem quantitativa em relação à quantidade de estudos incluídos e qualitativa quanto à análise e interpretação dos dados (Pereira et al., 2018). Esse método permite a síntese de múltiplos estudos publicados e a obtenção de conclusões gerais sobre uma área específica de estudo.

A questão norteadora que guiou este estudo foi: "Quais são os principais fatores determinantes e os impactos da automedicação na saúde pública brasileira, conforme a literatura publicada na última década?". A busca sistemática foi conduzida entre os meses de março e abril de 2024, nas seguintes bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *PubMed* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Para a estratégia de busca, foram empregados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH) em português e inglês, respectivamente: "automedicação" (*self-medication*), "saúde pública" (*public health*) e "uso racional de medicamentos" (*rational drug use*). Esses descritores foram combinados utilizando o operador booleano *AND* para refinar os resultados.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos originais e de revisão, disponíveis na íntegra, publicados entre janeiro de 2015 e abril de 2025, nos idiomas português e inglês, que abordassem especificamente a prevalência, os fatores associados e as implicações da automedicação na realidade brasileira. Foram excluídos editoriais, cartas ao editor, teses, dissertações e estudos que não apresentavam relação direta com o tema proposto. O processo de seleção seguiu o fluxo detalhado na Tabela 1, baseada no modelo PRISMA.

Tabela 1 - Fluxograma PRISMA de seleção dos estudos.

Etapa	Descrição	Quantidade (n)
Identificação	Registros identificados por meio de busca em bases de dados (SciELO, PubMed, BVS)	145
Seleção	Registros após a remoção de duplicatas	98
Elegibilidade	Títulos e resumos triados para avaliação	42
Inclusão	Estudos lidos na íntegra e incluídos na revisão final	10

Fonte: Autoria própria (2026).

3. Resultados e Discussão

A amostra final desta revisão foi composta por 10 artigos que atenderam a todos os critérios de inclusão. Estes estudos, listados a seguir, abordam diferentes aspectos da automedicação no Brasil, desde a prevalência em populações específicas até os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos:

- a. Alho e Silva (2022)
- b. Arrais et al. (2016)
- c. Correia et al. (2019)
- d. Domingues et al. (2015)
- e. França et al. (2025)
- f. Iuras et al. (2016)
- g. Lima et al. (2023)
- h. Rezende e Pinto (2025)
- i. Santos et al. (2025)
- j. Trindade e Deuner (2024)

Os estudos selecionados abordam diferentes aspectos da automedicação no Brasil, desde a prevalência em populações específicas até os riscos associados ao uso indiscriminado de medicamentos.

Além dos estudos incluídos na amostra final, outras fontes complementares foram utilizadas para aprofundar a interpretação dos achados, incluindo documentos institucionais e estudos relevantes da literatura.

3.1 Prevalência e Perfil do Consumo

A análise dos estudos selecionados revela que a automedicação atinge diferentes estratos da população brasileira, com taxas de prevalência que variam significativamente. Arrais et al. (2016) apontaram que cerca de 16,1% da população adulta praticou a automedicação em um período recordatório de 15 dias. Contudo, outras pesquisas indicam prevalências mais elevadas, como a de Domingues et al. (2015), que encontrou uma prevalência de 35,0% em estudos de alta qualidade metodológica. Em grupos específicos, como estudantes universitários, esses índices podem chegar a 89% (Iuras et al., 2016). Entre idosos, a prevalência também é alta, frequentemente associada à polifarmácia e ao tratamento de dores crônicas (Trindade & Deuner, 2024).

Os fármacos mais frequentemente utilizados sem prescrição são os analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios não esteroidais (AINEs). A percepção de que esses medicamentos são "isentos de riscos" contribui para o seu uso abusivo. Contudo, a literatura alerta para as graves consequências do uso prolongado e inadequado de AINEs, como lesões gástricas, complicações renais e um aumento significativo do risco cardiovascular (Alho & Silva, 2022).

A variação observada nas taxas de prevalência entre os estudos analisados sugere a influência de diferenças metodológicas, regionais e temporais, o que reforça a complexidade da automedicação no Brasil. Além disso, evidencia-se que

esse comportamento não está restrito a um grupo específico, mas distribuído entre diferentes faixas etárias e contextos sociais, indicando a necessidade de estratégias amplas e integradas de intervenção em saúde pública.

3.2 Fatores Determinantes E O Papel Das Redes Sociais

A prática da automedicação no Brasil é impulsionada por fatores multifacetados. A dificuldade de acesso a consultas médicas e o custo de planos de saúde levam muitos indivíduos a buscarem a farmácia como o primeiro ponto de atendimento (Vargas et al., 2022). Um fator emergente e preocupante é o impacto das redes sociais e da desinformação digital, que facilitam a busca por "soluções rápidas" sem embasamento técnico (Santos et al., 2025).

A indicação por leigos (familiares e amigos) continua sendo um pilar forte da automedicação no Brasil, fundamentada em uma cultura de compartilhamento de experiências terapêuticas que ignora a individualidade biológica e os riscos de interações medicamentosas (Correia et al., 2019).

3.3 Implicações para a Saúde Pública e Resistência Bacteriana

O aumento da resistência bacteriana é um dos impactos mais graves, exacerbado pelo uso inadequado de antibióticos. Mesmo com o controle da RDC nº 44/2010 da ANVISA, a utilização de sobras de tratamentos anteriores persiste mesmo com regulamentações sanitárias vigentes. Além disso, as intoxicações medicamentosas representam um custo elevado para o SUS, sendo os medicamentos o principal agente causador de intoxicações no Brasil segundo dados do SINTOX (2026).

Diante desse cenário, observa-se que a automedicação representa não apenas um risco individual, mas também um problema coletivo, com impacto direto nos indicadores de morbimortalidade e nos custos do sistema de saúde. A adoção de políticas públicas mais efetivas e a intensificação da fiscalização sobre o uso de medicamentos configuram-se como medidas fundamentais para a mitigação desses impactos.

4. Conclusão

A automedicação no Brasil reflete lacunas estruturais no sistema de saúde e uma cultura de medicalização excessiva. Os riscos associados exigem uma resposta coordenada do Estado e dos profissionais de saúde. É imperativo o fortalecimento de campanhas educativas e a valorização da assistência farmacêutica clínica para garantir que o acesso ao medicamento seja acompanhado de orientação técnica qualificada.

Como limitação, este estudo considerou apenas artigos disponíveis em determinadas bases de dados e idiomas, o que pode ter restringido a abrangência dos resultados. Além disso, as diferenças metodológicas entre os estudos analisados podem influenciar na comparação dos achados.

Nesse sentido, destaca-se a importância de novas pesquisas com maior rigor metodológico, bem como o desenvolvimento de estratégias educativas contínuas voltadas à população, buscando ampliar a conscientização sobre os riscos da automedicação e incentivar práticas mais seguras no uso de medicamentos.

Referências

- Alho, R. da C., & Silva, A. T. da. (2022). A atuação do profissional farmacêutico diante da automedicação – Intoxicação medicamentosa por AINES. *Research, Society and Development*, 11(10), e35027.
- Arrais, P. S. D., et al. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(supl. 2), 5s.
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2009). *Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009*. Brasília, DF: ANVISA.
- Brasil. (2024). *Plano Nacional de Saúde 2025–2030*. Brasília: Ministério da Saúde.

- Correia, B. de C., et al. (2019). Fatores correlacionados à automedicação entre os jovens e adultos-uma revisão integrativa da literatura. *Revista Eletrônica de Ciências da Saúde*, 1(1), 138-150.
- Domingues, P. H. F., et al. (2015). Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, 49, 36.
- França, L. N. de, Andrade Júnior, F. P. de, & Felício, I. M. (2025). Self-medication among healthcare professionals: a review on the abusive use of medications. *Revista Cereus*, 17(1).
- Gomes, J. R., & Justino, P. F. C. (2025). Automedicação: Uma prática perigosa em busca de alívio imediato. *Iesgo Science*, 7(1).
- Iuras, A., et al. (2016). Prevalência da automedicação entre estudantes da Universidade do Estado do Amazonas (Brasil). *Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial*, 57(1), 1-6.
- Lima, A. da S., et al. (2023). Automedicação em Estudantes Universitários no Brasil: Uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, 12(10), e42787.
- Mairink, K. R., et al. (2026). Prevalence and factors associated with self-medication among schoolchildren in the Metropolitan Region of Vitória, Brazil. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 60.
- Oliveira, D. G. de. (2015). *Perfil da automedicação dos estudantes da Universidade Aberta à Maturidade de Campina Grande*. Anais do CIEH. Campina Grande.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1985). *O uso racional de medicamentos*. Genebra: OMS. <http://apps.who.int/iris/handle/10665/37107> Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.
- Galvão, T. F., & Pereira, M. G. (2014). Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(1), 183-184.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, (16), 20-45.
- Rezende, G. S., & Pinto, J. C. (2025). Automedicação e seus impactos na saúde pública do Brasil. *Research, Society and Development*, 14(5), e3514548627.
- Santos, M. C. dos, et al. (2025). Impacto das redes sociais na automedicação: uma revisão integrativa no contexto brasileiro. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro*, 9.
- Silva, M. E. C., et al. (2022). Fatores de risco para automedicação: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 11(11), e453111133847.
- SINITOX. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. (2026). *Dados de Intoxicação*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. <https://sinitox.icict.fiocruz.br/>
- Trindade, K. dos S., & Deuner, M. C. (2024). Os riscos associados ao uso de anti-inflamatórios, e automedicação por idosos. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 7(14), 1160-1175.
- Vargas, M. E. C., et al. (2022). Fatores de risco para automedicação: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 11(11), e32188.
- Crossetti, M. G. O. (2012). Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem: o rigor científico que lhe é exigido. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 33(2), 8-9.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: Na overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333-339.
- Risemberg, R. I. C., Wakin, M., & Shitsuka, R. (2026). A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. *Revista E-Acadêmica*, 7(1), e0171675.